

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação as nossas Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantados e a Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Franca, 24 de março de 2017

A ADMINISTRAÇÃO.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e aos Administradores da
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sendo reapresentada, para refletir os dividendos pagos naquele exercício como parte dos fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento, e em conformidade ao previsto no CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada à esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/0-6



Patrícia de Paula da Silva Paz
Contadora CRC – 1SP198827/0-3

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015		Nota explicativa	2016	2015
Ativo				Passivo			
Circulante		27.552	12.617	Circulante		13.840	10.791
Disponibilidades	4	513	428	Outras obrigações	9	13.840	10.791
Aplicações interfinanceiras	5	4.803	-	Fiscais e previdenciárias		1.011	1.098
Títulos e valores mobiliários		21.892	11.421	Sociais e estatutárias		1.448	1.231
Carteira própria	6	21.892	11.421	Diversas		11.381	8.462
Outros créditos		344	762	Exigível a longo prazo		599	470
Diversos	7	339	762	Outras obrigações	9	599	470
Outros valores e bens		5	6	Diversas		599	470
Despesas antecipadas		5	6				
Realizável a longo prazo		9.874	17.197	Patrimônio líquido		24.098	19.451
Aplicações interfinanceiras	5	6.605	14.394	Capital social	11	6.500	6.500
Outros créditos		3.269	2.754	Reserva legal		765	460
Diversos	7	3.220	2.754	Reserva de Lucros		16.833	12.491
Outros valores e bens		49	49				
Outros		49	49				
Permanente		1.111	898				
Imobilizado	8	646	649				
Imobilizações de uso		2.327	2.114				
Depreciações acumuladas		(1.681)	(1.465)				
Intangível	8	465	249				
Software		1.513	1.149				
Amortização acumulada		(1.048)	(900)				
Total do ativo		38.537	30.712	Total do passivo		38.537	30.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	2016 2º semestre	2016 Exercício	2015 Exercício
Receitas da intermediação financeira		1.901	3.522	2.528
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.901	3.522	2.528
Outras receitas (despesas) operacionais		2.827	5.505	5.173
Receitas de prestação de serviços	12	30.604	58.062	51.578
Despesas de pessoal	13	(6.486)	(13.188)	(13.542)
Outras despesas administrativas	14	(18.799)	(34.450)	(28.442)
Despesas tributárias		(2.353)	(4.703)	(4.419)
Outras receitas(despesas) operacionais		(139)	(216)	(2)
Resultado operacional		4.728	9.027	7.701
Resultado não operacional		-	2	(35)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		4.728	9.029	7.666
Imposto de renda e contribuição social	15	(1.511)	(2.934)	(2.483)
Provisão para imposto de renda – corrente		(1.080)	(2.182)	(1.795)
Provisão para imposto de renda – diferido		3	69	10
Provisão para contribuição social – corrente		(435)	(846)	(702)
Provisão para contribuição social – diferido		1	25	4
Lucro líquido do semestre/exercício		3.217	6.095	5.183
Lucro líquido por cota - R\$		495	938	798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio levantados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Ativo			
Circulante		314.110	275.640
Disponibilidades		755	464
Depósitos bancários		755	464
Títulos e valores mobiliários	6	100.721	92.187
Disponibilidades dos grupos		11.737	14.340
Vinculadas a contemplações		88.984	77.847
Outros créditos		212.634	182.989
Direitos com consorciados contemplados		212.634	179.612
Normais		195.244	169.847
Em atraso		8.375	9.765
Em cobrança judicial		9.015	3.377
Compensação		2.244.205	1.861.771
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		15.811	14.025
Contribuições devidas aos grupos		1.168.280	968.134
Valor dos bens a contemplar		1.060.114	879.612
Total do ativo		2.558.315	2.137.411
Passivo			
Circulante		314.110	275.640
Obrigações com consorciados		121.424	108.422
Valores a repassar		9.744	8.586
Obrigações por contemplações a entregar		88.984	77.847
Obrigações com a Administradora		40	18
Recursos a devolver a consorciados		74.686	65.042
Recursos dos grupos		19.232	15.725
Compensação		2.244.205	1.861.771
Recursos mensais a receber de consorciados		15.811	14.025
Obrigações dos grupos por contribuições		1.168.280	968.134
Bens a contemplar		1.060.114	879.612
Total do passivo		2.558.315	2.137.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa- método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016 2º semestre	2016 Exercício	2015 Exercício (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		3.217	6.095	5.183
Depreciações e amortizações	14	190	364	316
Constituição/reversão de provisão para riscos	10	(135)	129	39
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(4)	(94)	(14)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado		3.268	6.494	5.524
Variação de ativos e passivos:				
Aumento de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez		(5.023)	(7.485)	(6.225)
Redução de outros créditos		115	51	478
Aumento de outras obrigações		2.132	2.832	1.275
Caixa líquido originado das atividades operacionais		492	1.892	2.528
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	8	(183)	(576)	(215)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(183)	(576)	(215)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos		-	(1.231)	(2.100)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		-	(1.231)	(2.100)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		309	85	213
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		204	428	215
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	513	513	428
Aumento do caixa e equivalente de caixa		309	85	213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	2016 2º semestre	2016 Exercício	2015 Exercício
Disponibilidades no início do semestre	93.913	92.651	76.740
Depósitos bancários	1.078	464	327
Aplicações financeiras	14.889	14.340	10.976
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	77.945	77.847	65.437
Recursos coletados	156.235	299.940	310.849
Contribuições para aquisição de bens	116.507	223.533	223.385
Taxa de administração	28.370	54.474	51.784
Contribuições ao fundo de reserva	2.228	4.298	3.932
Rendimentos de aplicações financeiras	4.555	9.357	9.140
Multas e juros moratórios	776	1.461	1.541
Prêmios de seguros	2.042	3.963	3.692
Outros	1.757	2.854	7.376
Recursos utilizados	148.672	291.115	294.938
Aquisição de bens	105.816	210.006	219.480
Taxa de administração	28.729	54.892	52.408
Multas e juros repassados à Administradora	388	730	774
Prêmios de seguros	2.705	3.943	3.539
Devolução a consorciados desligados	7.458	14.795	9.100
Outros	3.576	6.749	9.637
Disponibilidades no fim do semestre/exercício	101.476	101.476	92.651
Depósitos bancários	755	755	464
Aplicações financeiras	11.737	11.737	14.340
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	88.984	88.984	77.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	6.500	201	8.798	-	15.499
Lucro líquido do semestre	-	-	-	5.183	5.183
Reserva legal	-	259	-	(259)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.231)	(1.231)
Reserva de lucros	-	-	3.693	(3.693)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.500	460	12.491	-	19.451
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.095	6.095
Reserva legal	-	305	-	(305)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.448)	(1.448)
Reserva de lucros	-	-	4.342	(4.342)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.500	765	16.833	-	24.098
Saldos em 30 de junho de 2016	6.500	604	15.225	-	22.329
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.217	3.217
Reserva legal	-	161	-	(161)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.448)	(1.448)
Reserva de lucros	-	-	1.608	(1.608)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	6.500	765	16.833	-	24.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") foi constituída em 5 de setembro de 1990 e suas operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos, imóveis e serviços. As atividades operacionais da Luiza Administradora de Consórcios Ltda inserem-se no contexto dos negócios da Magazine Luiza S.A., da qual é controlada.

2. Elaboração e publicação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular BACEN nº 3.147/04.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 24 de março de 2017.

A Administradora reviu algumas informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e concluiu que estava divulgando o total de dividendos destinados ao invés dos dividendos efetivamente pagos no exercício, razão pela qual está reapresentando as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data. Dessa forma, o valor apresentado como dividendos pagos no montante de R\$ 1.231 está sendo reapresentado no montante de R\$ 2.100. Da mesma forma, o valor apresentado de R\$ 1.882 como aumento de outras obrigações está sendo reapresentado no montante de R\$ 2.751.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A apuração do resultado é efetuada segundo o regime de competência, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do efetivo recebimento das prestações dos consorciados, e a despesa com comissões sobre vendas é apropriada ao resultado quando da realização da venda.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira devem ser classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme a intenção da Administração os Títulos e Valores Mobiliários da empresa foram classificados como sendo para "negociação".

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

e) Outros ativos circulantes e realizável a longo prazo

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, deduzido, quando aplicável, por provisão para ajuste do valor de realização.

f) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

O intangível é demonstrado pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos

Conforme Circular BACEN nº 3.387/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC no 01, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

h) Provisões para riscos, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisões de risco e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.484/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões: é determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Passivos contingentes: os passivos contingentes, classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Os depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias utilizando-se as alíquotas vigentes na data do balanço.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre partes relacionadas é efetuada em consonância com a Circular do BACEN 3.463/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

k) Reserva legal

Mediante a Circular do BACEN 1.273/87, onde determina que as empresas que usam o COSIF (plano contábil das instituições do sistema financeiro) constituem a reserva legal. Assim a partir de 2014 passamos a constituir a reserva legal conforme termos da circular supracitada.

l) Eventos subsequentes

De acordo com a Circular do BACEN 3.578/12, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC nº 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras.

3.2. Grupos de consórcio

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do BACEN.

a) Aplicações financeiras

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

b) Direitos com consorciados contemplados

Contempla os valores a receber dos consorciados contemplados referentes às parcelas vincendas do fundo comum e do fundo de reserva.

c) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados ativos no mês subsequente ao do balanço.

d) Contribuições devidas aos grupos

Demonstra a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

e) Valor dos bens a contemplar

Apresenta o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

f) Obrigações com consorciados

Representam o fundo comum, recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

g) Valores a repassar

São os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas, juros moratórios e multas rescisórias.

h) Obrigações por contemplações a entregar

São créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.

i) Recursos a devolver a consorciados

Contempla os recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos relativos às respectivas contribuições ao fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela variação do preço do bem na data do balanço.

j) Recursos dos grupos

São recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização de direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

	2016	2015
Quantidade de grupos administrados	94	125
Quantidade de consorciados ativos	63.360	68.782
Quantidade de bens entregues no exercício	13.145	13.895
Quantidade total de bens entregues	107.146	94.001
Quantidade de bens pendentes no exercício	4.320	4.706

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	513	428
Total	513	428

5. Operações compromissadas - Administradora

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as operações compromissadas estavam apresentadas como segue:

	Administradora Valor contábil	
	2016	2015
Operações compromissadas		
Debentures	11.408	14.394
Total	11.408	14.394

As aplicações em operações compromissadas são atualizadas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada e ajustados ao valor de mercado.

Abertura por vencimento - Administradora

	2016			2015
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Operações compromissadas	4.803	6.605	11.408	14.394
Total	4.803	6.605	11.408	14.394

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários - administradora e grupos de consórcio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os títulos e valores mobiliários, estavam apresentados como segue:

	Administradora		Grupos	
	Valor custo/mercado		Valor custo/mercado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos para negociação	21.892	11.421	51.004	47.260
Cotas de fundo de investimentos	21.123	9.803	43.748	42.983
Operações vinculadas	762	1.618	54	4.276
Outros	7	-	2	1
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	51.817	44.927
Letras financeira tesouro nacional	-	-	39.552	34.722
Notas do tesouro nacional	-	-	12.265	10.205
Total	21.892	11.421	100.721	92.187

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo Administrador do Fundo. Os fundos de investimento não são exclusivos.

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

Abertura por vencimento - Administradora

	2016			Total	2015
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses		
Títulos para negociação					
Cotas de fundo de investimento	21.123	-	-	21.123	9.803
Operações vinculadas	762	-	-	762	1.618
Outros	7	-	-	7	-
Total	21.892	-	-	21.892	11.421

Abertura por vencimento - Grupos de consórcio

	2016			Total	2015
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses		
Títulos para negociação					
Cotas de fundo de investimento	54.004	-	-	43.748	42.983
Operações vinculadas	54	-	-	5.154	4.276
Outros	2	-	-	2	1
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	39.552	39.552	34.722
Letras financeiras do tesouro nacional	-	-	12.265	12.265	10.205
Total	48.904	-	51.817	100.721	92.187

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos administradores dos fundos. Os respectivos fundos não são exclusivos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Outros créditos diversos

	2016	2015
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial(1)	2.553	2.261
Depósitos judiciais	538	334
Crédito tributário de IRPJ/CSLL diferido (Nota Explicativa nº15)	254	161
Valores a receber de grupos de consórcio	40	670
Outros	174	90
Total	3.559	3.516
Curto prazo	339	762
Longo prazo	3.220	2.754

(1) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no passivo e apresentado na nota 9.

8. Imobilizado de uso e intangível

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o imobilizado de uso e o intangível estavam compostos como segue:

a) Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2016		2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações		211	(211)	-	-
Móveis e utensílios	10%	636	(481)	155	203
Sistema de comunicação	10%	206	(114)	92	111
Computadores e periféricos	20%	1.138	(809)	329	278
Veículos	20%	136	(66)	70	57
Total geral		2.327	(1.681)	646	649

	Taxa de amortização	2016		2015	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	1.513	(1.048)	465	249
Total geral		1.513	(1.048)	465	249

b) Movimentação dos saldos

	Imobilizado		Intangível		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do período	649	761	249	237	898	998
Adições	213	107	363	109	576	219
Depreciação	(216)	(186)	(147)	(97)	(363)	(283)
Baixas/transfêrencias	-	(33)	-	-	-	(33)
Saldo no fim do período	646	649	465	249	1.111	898

9. Outras obrigações

	2016	2015
Fiscais e previdenciárias:		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	147	195
PIS a recolher	45	51
COFINS a recolher	212	238
ISS a recolher	149	131
Impostos e contribuições sobre salários	393	430
Outros	65	53
Total	1.011	1.098
Sociais e estatutárias		
Dividendos a pagar	1.448	1.231
Total	1.448	1.231
Curto prazo	2.459	2.329
Diversas:		
Recursos não procurados - Grupos (1)	3.254	1.513
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial(2)	2.553	2.261
Provisão para pagamentos a efetuar	2.921	2.893
Provisão para riscos (nota explicativa nº 10)	599	470
Comissões a pagar Magazine Luiza (Nota Explicativa nº 16)	827	757
Comissões a pagar	1.636	845
Outras obrigações	190	193
Total	11.980	8.932
Curto prazo	11.381	8.462
Longo prazo	599	470

(1) Valores não retirados por Consorciados Desistentes e Excluídos, bem como aqueles oriundos de Fundos de Reserva à disposição de consorciados, relativos a Grupos Encerrados, estando depositados em Fundos de Investimentos.

(2) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no ativo e apresentado na nota 7.

10. Provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam ativos contingentes.

b) Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Cível		Trabalhista		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do período	297	206	173	225	470	431
Constituições/atualizações	492	102	256	70	748	172
Baixas/reversões	(497)	(11)	(122)	(122)	(619)	(133)
Saldo no fim do período	292	297	307	173	599	470

A Administradora é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos a esses processos estão demonstrados a seguir:

Natureza	2016		2015	
	Valor da Causa	Valor da Causa	Valor da Causa	Valor da Causa
Cíveis	30	408	-	-
Trabalhistas	455	-	-	-
Total geral	485	408	-	-

Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas à revisão de contrato, obrigacionais, indenizatórias, acrescido de juros e correção monetária.

Contingências trabalhistas - as principais ações estão relacionadas aos representantes comerciais, os quais mantêm ou mantiveram contrato com a Administradora. Em geral, os reclamantes pleiteiam o reconhecimento de vínculo empregatício com as empresas representantes, bem como as verbas rescisórias decorrentes de um contrato de trabalho válido. Os pedidos contemplam a responsabilidade subsidiário-solidária da Administradora em razão da terceirização.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$ 6.500 (R\$ 6.500 em 2015), dividido em 6.500 (6.500 em 2015) quotas com valor nominal de R\$1,00.

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2016 foi destinado dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 1.448 (R\$ 1.231 em 31 de dezembro de 2015, pago em 30 de março de 2016).

c) Reserva legal

A Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

	2016	2015
Reserva de lucros	17.598	12.951
Reserva de lucros (1)	16.833	12.491
Reserva legal (Circular nº 1.273/3.221) (2)	765	460

(1) Constituída sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas da Administradora em atos societários pertinentes.

(2) Constituída mediante a Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, onde é calculado com base no lucro líquido do semestre/exercício multiplicado por 5%, cuja utilização se dará com a compensação de prejuízo, quando esgotados os lucros acumulados ou demais reservas ou futuro aumento de capital.

12. Receitas de prestação de serviços

Composta, basicamente, por taxa de administração de grupos de consórcios, no montante de R\$ 58.062 (2015 - R\$ 51.578).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Despesa de Pessoal

	2016 2º semestre	2016	2015
Despesa de Pessoal	6.486	13.188	13.542
Benefícios(1)	534	1.012	1.008
Encargos sobre folha(2)	1.504	3.099	2.954
Proventos(3)	4.414	9.002	9.456
Treinamentos	34	75	124

- 1) São benefícios do tipo vales alimentação, bolsa de estudos, assistência médica e outros pagos exclusivamente aos colaboradores CLT da Administradora.
2) São contribuições as previdências sociais (INSS) e ao fundo de garantia do trabalhador (FGTS) incidentes sobre os proventos.
3) Gastos com a remuneração dos colaboradores a título de salários, prêmios de produção e outros proventos fruto do trabalho por ora realizados.

14. Outras despesas administrativas

	2016 2º semestre	2016	2015
Outras despesas administrativas	18.799	34.450	28.442
Comissões(1)	13.817	23.802	18.059
Promoção e propaganda	1.253	2.911	3.420
Serviços técnicos especializados	1.010	1.845	1.485
Hospedagens e viagens	248	834	1.571
Depreciação e amortização	190	364	316
Outras despesas(2)	2.281	4.694	3.591

- 1) Refere-se ao pagamento de serviços de intermediação na venda de cotas de consórcio.
2) Refere-se, substancialmente, a despesas de processamento de dados, comunicações, seminários e aluguéis

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Resultado antes da tributação	9.029	7.666
Adições e exclusões temporárias	278	39
Provisões não dedutíveis	278	39
Adições e exclusões permanentes	89	150
Despesas não dedutíveis	89	150
Base de cálculo	9.396	7.855
Imposto de renda	2.325	1.940
Ajuste de anos anteriores	-	(13)
Deduções incentivadas fiscais	(143)	(132)
Imposto de renda corrente	2.182	1.795
Contribuição social corrente	846	702
Ativo fiscal diferido	(94)	(14)
Total de imposto de renda e contribuição social	2.934	2.483

b) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2016, a Administradora possuía diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis no montante de R\$ 748 (2015 - R\$ 470), sobre as quais foram contabilizados créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$254 (2015 - R\$ 161).

	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Provisões para riscos	470	748	(619)	599
Campanhas reconhecimentos	-	149	-	149
Total	470	599	(619)	748

Expectativa de realização dos créditos tributários

Tributo	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Imposto de renda	92	95	187
Contribuição social	33	34	67
Total	125	129	254

Em 31 de dezembro de 2016 o valor presente do crédito tributário descontado a taxa SELIC de 13,75% - 2016 totalizava em R\$ 223.

16. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Empresa	Descrição serviço	Ativo/Passivo		Receita/Despesa	
		2016	2015	2016	2015
Magazine Luiza S/A	Comissão sobre vendas de consórcios nas lojas e site	(827)	(757)	(9.966)	(8.521)
	Dividendos a pagar	(1.448)	(1.231)	-	-
	Total	(2.275)	(1.988)	(9.966)	(8.521)
P.J. Agropastoril LTDA.	Locação de imóveis	(30)	(28)	(359)	(327)
MTG Adm. Assessoria e Participações S/A.	Assessoria técnica especializada	(2)	(2)	(26)	(25)
Total		(2.307)	(2.017)	(10.351)	(8.873)

17. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administradora não possui benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

18. Gerenciamento de Riscos

A Administradora de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Administradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Administradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Administradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Administradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, em consonância com os limites estabelecidos pela Resolução 3.308 do Banco Central do Brasil de agosto de 2005, através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Administradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Administradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio.

Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Diretoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhadas à Diretoria.

DIRETORIA:
Edna Maria Honorato
Diretora Administrativa

Contador:
Nilton Cesar de Azevedo
CRC 1SP193482/O-0